



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS

Contagem, em 29 de maio de 2025.

OF/GP/RED/N.º 353/2025

Exmo. Sr. Presidente,

Comunico a V. Exa. que, na **16ª Reunião Ordinária**, realizada no dia 27 de maio deste ano, o plenário desta Casa aprovou a presente **MOÇÃO**, cuja cópia encontra - se anexa a este ofício e a original, arquivada nesta Casa.

O ensejo revela-se oportuno para manifestação de toda a minha estima e apreço.

Cordialmente,

BRUNO BARREIRO
-Vereador Presidente-



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM
ESTADO DE MINAS GERAIS

MOÇÃO Nº 970/2025

[Handwritten signature]
APROVADO EM
27/05/25 PRESIDENTE

Moção de Repúdio à aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei (2.159/2021) que estabelece o novo marco legal do licenciamento ambiental no Brasil.

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Contagem/MG
Exmos.(as) Srs.(as) Vereadores(as):

Apresento à Mesa, ouvido o plenário da Casa, Moção de Repúdio à aprovação, pelo Senado Federal, do Projeto de Lei (PL 2.159/2021) que estabelece o novo marco legal do licenciamento ambiental no Brasil.

Apesar dos alertas contundentes de especialistas, da comunidade científica, de entidades ambientalistas, do próprio Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, e de amplos setores da sociedade civil, o Senado Federal aprovou um texto que, na prática, representa um grave retrocesso na legislação ambiental brasileira, comprometendo a proteção de ecossistemas vitais, a segurança jurídica e o futuro sustentável do país.

As alterações propostas e aprovadas desconsideram a complexidade ambiental do Brasil e fragilizam instrumentos essenciais de proteção. Entre os pontos mais preocupantes, destacam-se: **Aumento da Autodeclaração e Simplificação Excessiva; Ameaça à Proteção de Áreas Sensíveis; Criação de "Licença Ambiental Especial" (LAE); Enfraquecimento dos Órgãos Ambientais e Insegurança Jurídica.**

É imperativo que o Poder Legislativo atue em defesa do meio ambiente e da vida, e não em seu desmonte. O licenciamento ambiental é uma ferramenta fundamental para conciliar o desenvolvimento econômico com a proteção dos recursos naturais e a qualidade de vida da população. A aprovação deste PL

